



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

São Tomé
Vara Única



0100888-72.2017.8.20.0155

JUSTIÇA GRATUITA

Classe	: Procedimento Ordinário
Assunto principal	: Seguro Obrigatório - DPVAT
Competência	: Vara Única
Valor da ação	: R\$ 13.500,00
Volume	: 1
Requerente	: <u>Anderson Erick da Silva</u>
Advogado	: THIAGO JOFRE DANTAS DE FARIA (OAB: 8345/RN)
Requerido	: <u>Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A</u>
Distribuição	: Sorteio - 15/12/2017 11:43:39

Titular

Ún
Única



Ag. Inquerito do D.P.
JOFRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

02

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

RECEBI O ORIGINAL NESTA DATA

São Tomé/RN, 07/12/2007.

em nome do Sr. DOUTOR
JOFRE

ANDERSON ERICK DA SILVA, brasileiro, solteiro, garçom, Carteira de identidade registrada sob o nº. 2.889.439 SSP/RN e CPF/MF registrado sob o nº. 018.000.534-01, residente e domiciliado no Rua Tonheca Pereira, nº. 02, Centro, CEP 59400-000, São Tomé – RN, por intermédio dos seus Advogados, devidamente habilitados, conforme instrumento procuratório em anexo, vem à presença de Vossa Excelência propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – VALOR NÃO PAGO
ADMINISTRATIVAMENTE C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS

Pelo RITO SUMÁRIO, nos termos do art. 275 e seguintes do CPC, contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço para citação na Rua Senador Dantas, nº. 74 - 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031205, Telefone (21) 3861-4600, arguida nos fatos e fundamentos de direito que passa a expor:

I – DA JUSTIÇA GRATUITA

O requerente, em virtude da sua total impossibilidade de despender recursos para a manutenção da presente demanda judicial, evoca o preceito constitucional da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV e pela Lei 13.105/2015 (NCPC), artigo 98 e seguintes, requerendo o seu deferimento.

Sociedade Registrada na OAB/RN sob o número 351
Santa Cruz/RN – Rua Senador João Câmara, 66, Centro, CEP 59200-000. Tel/Fax: (84) 3291-3807
São Paulo do Potengi/RN – Rua Otávio Lamartine, nº. 170, Centro, CEP 59460-000. Tel/Fax: (84) 3251-2729
thiago@jofreadogados.com.br

Thiago Dantas de Faria
Advogado
OAB/RN 8.345



II – DOS FATOS

O requerente foi vítima de grave acidente automobilístico em 14/06/2017, consoante Boletim de Acidente de trânsito acostado, o autor estava pilotando sua motocicleta, quando foi desviar de alguns buracos e que infelizmente perdeu o controle da motocicleta, vindo a cair no chão.

O sinistro provocou vários traumas, entre escoriações e pelo corpo, bem como fratura no pé direito, e em virtude disso o demandante foi socorrido com urgência por populares para o Hospital Rita Leonor de Medeiros, situado na Cidade de São Tomé – RN, de onde foi transferido de imediato para Hospital Mosenhor Walfredo Gurgel, ante a gravidade do caso, onde foi submetido a diversos exames e à intervenção cirúrgica.

A intervenção cirúrgica para correção das regiões afetadas, não impediu a completa invalidez do autor para os atos da vida cotidiana e, sobretudo, para atividade profissional, tudo conforme documentos e laudos anexados.

Do acidente sobraram sequelas de natureza parcial e permanente nos membros afetados, limitando os movimentos e dificultando o exercício de certas atividades que exijam o mínimo de esforço físico, bem como o uso de fortes drogas para controlar as dores.

Não obstante o grave acidente e as sequelas devidamente comprovadas que limitam e invalidam o requerente de forma parcial e definitiva, o mesmo vem enfrentando grande dificuldade para receber o valor do seguro que faz jus, vez que imotivadamente a seguradora requerida vem se negando a pagar a indenização e/ou gerando exigências absurdas, tudo com o objetivo de dificultar o recebimento do seguro.



III – DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

Imperioso Ressaltar que a parte autora embora tenha realizado todo o procedimento para a concessão da indenização, não recebeu qualquer quantia pelos danos sofridos.

Destarte, apesar da gravidade do acidente, devidamente comprovado e demonstrado, as tentativas do autor de resolver a situação de forma administrativa restaram infrutíferas, não restando alternativa se não procurar o judiciário, para que ele possa ser indenizado da quantia devida.

Desta forma e tendo em vista os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se ser merecido pelo requerente o pagamento de valor pelo DPVAT, haja vista que restaram demonstradas as presentes sequelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

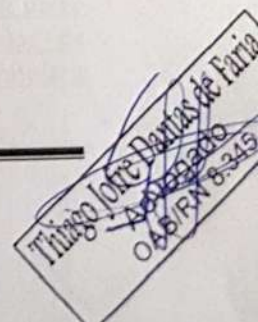
IV – DA LEI E JURISPRUDÊNCIA

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações POR MORTE, POR INVALIDEZ PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL, E POR DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte

II - ATÉ R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS) - NO CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE





III - ATÉ R\$ 2.700,00 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS) - COMO REEMBOLSO À VÍTIMA - NO CASO DE DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES DEVIDAMENTE COMPROVADAS. (GRIFAMOS)

Portanto, a lei citada é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime os cálculos com base em Resoluções administrativas ou por qualquer órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação atual, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização. Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos



reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

V – DAS PERDAS E DANOS – RESPONSABILIDADE CIVIL DA SEGURADORA

Como sabido, para a caracterização do dever de indenizar, faz-se necessário à presença dos pressupostos básicos previstos nos artigos 186 e 927 do Código Civil, tais: a conduta ilícita da Ré, o dano e o nexo de causalidade.

Analisando a questão, aqui em exame, ainda, com relação à questão da invalidez, verifica-se que o contrato de seguro se obriga a pagar indenização ao segurado, ainda que esta invalidez seja parcial, desde que comprovada ter sido originada por acidente.

Contudo, houve negativa injustificada da Requerida quanto ao cumprimento de sua obrigação, concernente ao pagamento da indenização do seguro contratado pelo autor na integralidade que tem direito.

E sendo assim, constata-se que o direito do Requerente ao recebimento da indenização do seguro foi violado, gerando não somente o direito ao recebimento do seguro, mas, sobretudo uma indenização por perdas e danos pela conduta da seguradora requerida, que usa de todos os artifícios para retardar, diminuir e procrastinar o direito do requerente. Devendo tal atitude ser severamente repreendida e penalizada pelo poder judiciário.

Thiago Jofre Damásio da Paiva
Advogado
OAB/RN 8345

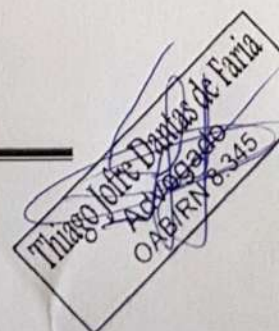


No caso em tela, a parte autora não recebeu qualquer valor referente à indenização a qual lhe é devida. Portanto é jurídica e perfeitamente possível a pretensão deduzida, que diz respeito a uma reparação de ordem moral, diante da procrastinação perpetrada, quanto mais em se tratando de responsabilidade objetiva a que está sujeita a empresa seguradora. Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

Não bastasse isto, o exame dos critérios acima referidos deve sempre se basear no bom senso e na razoabilidade, observada a exequibilidade do encargo. *In casu*, uma vez tratando-se de dano moral puro, roga-se que seja o Demandado condenado ao pagamento de valor que Vossa Excelência entenda justo a título de perdas de danos.

Ressalte-se, por fim, que a condenação ora pleiteada deverá ser deferida, a fim de, não só reparar ao autor, mas também de se evitar a tenacidade da prática omissiva e comissiva da parte ré para com outrem, o que é regra para com a seguradora requerida.





VI – DOS PEDIDOS

Ex positis, requer a Vossa Excelência que se digne:

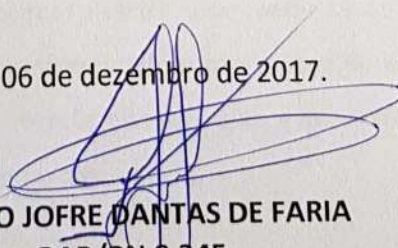
- a) Deferir os benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que o Autor não poder arcar com as despesas processuais;
- b) A condenação da Requerida ao pagamento do Seguro DPVAT a parte Autora, no valor de **R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data da ocorrência do evento danoso e juros de 1% ao mês desde a citação;
- c) Condenar a Empresa Ré, em razão de sua conduta, ao pagamento de uma reparação, a título de perdas e danos, no valor que entender justo Vossa Excelência;
- d) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;

Protesta provar o alegado por prova documental, testemunhal e principalmente por perícia médica.

Atribui-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS)**.

Termos em que pede e espera deferimento.

São Tomé – RN, 06 de dezembro de 2017.


THIAGO JOFRE DANTAS DE FARIA
OAB/RN 8.345



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

ANDERSON ERICK DA SILVA, brasileiro, solteiro, garçom, carteira de identidade registrada sob o nº 002.889.439 SSP/RN e CPF/MF sob o nº 018.000.534-01, residente e domiciliado na Rua Tonheca Pereira, nº2, Centro, São Tomé-RN, CEP: 59.400.000. Não possuindo endereço de e-mail, vem por meio deste instrumento, nomear e constituir como seus bastantes procuradores os abaixo outorgados.

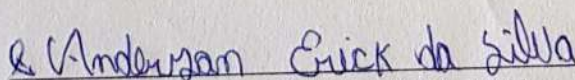
OUTORGADOS:

Dr. THIAGO JOFRE DANTAS DE FARIA, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil- Seccional do Rio Grande do Norte sob o nº. 8.345, e-mail: thiago@jofreadvogados.com.br, e **JÚLIO CESAR MAGALHÃES SOARES**, brasileiro, solteiro, Estagiário de Direito, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Rio Grande do Norte sob o nº. 4625-E, e-mail: juliomagalhaes@jofreadvogados.com.br, todos com escritório profissional na Rua Senador João Câmara, nº.66, Centro, CEP:59200-000, Santa Cruz - RN.

PODERES:

Amplos poderes para o foro em geral, especialmente defender os interesses do Outorgante, perante a Justiça Estadual do Rio Grande do Norte e/ou Justiça Federal, em todas as suas instancias no estado do Rio Grande do Norte ou fora dele, atuando em conjunto ou isoladamente, praticando todos os atos judiciais e/ou extrajudiciais de representação, podendo propor as ações competentes e nas contrárias, seguindo-as até decisão final, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda os poderes especiais para acordar, receber alvará e sacar, **pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica. (Em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC15)**, enfim, praticar todos os atos em questão, podendo substabelecer esta a quem lhe convier, com ou sem reservas de poderes, tudo para o fiel desempenho deste ofício.

São Paulo do Potengi - RN, 27 de Novembro de 2017.


ANDERSON ERICK DA SILVA

REPÚBLICA DE SÃO PAULO
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE POLICIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICACAO

POLEGAR DIREITO

ANDERSON ERICK DA SILVA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 002.889.439 DATA DE EXPEDICAO 18/12/2012

NOME ANDERSON ERICK DA SILVA

FILIAÇÃO JOSE CLEMENTINO DA SILVA JUNIOR
ANTONIA CARDOSO DE MOURA SILVA

NATURALIDADE SAO TOME RN

DOC. ORIGEM CERT. DE NASCIMENTO L-25 F-58 RG-11439
SAO TOME RN-2 CARTUO

CNPJ 018.000.534-01

DATA DE NASCIMENTO 14/10/1993

2a. VIA

ASSINATURA DO TITULAR

LENZARDINO DEUS DA SILVA
DIRETOR GERAL - ITP

DADOS DO CLIENTE
ANTONIA CARDOSO DE MOURA SILVA
CPF 807 534 174-91 NIS 18017856694

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA TONHEGA PEREIRA 2
CENTRO/AREA URBANA
SAO TOME RN
59400-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

Nº DA NOTA FISCAL	SERIE	EMISSION
000818597	UNICA	18/07/2017

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
18/07/2017	3000122682	1477833

CONTA CONTRATO 0303042016 MESIANO 07/2017
DATA DE VENCIMENTO 25/07/2017 DATA PREVISTA PROXIMA LEITURA 17/08/2017
TOTAL A PAGAR (R\$) 58,37

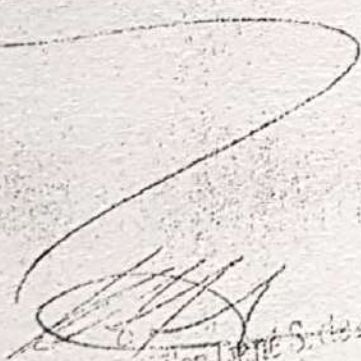
DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL		QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh		30,0000000	0,18969543	5,69
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh		70,0000000	0,32519217	22,76
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh		34,0000000	0,48778826	16,58
Acréscimo Bandeira AMARELA				1,26
Contribuição Iluminação Pública				5,22
CMS-Parcela Subvencionada				5,35
				0,97

Secretaria Municipal de Saúde
RECEITUÁRIO MÉDICO

Declaração

Declaramos que Anderson Erick da Silva realizou Fisioterapia neste município, decorrente de fratura do tornozelo e 5º dedo direito direito, no período de 11/08 a 14/09/17, totalizando 10 sessões.

O paciente submetido apresentou grande melhora no quadro clínico (dor, flexibilidade, força, ADM e marcha), sendo liberado o tratamento proposto para promover as atividades de vida diária (AVDs) e laborais, com a fisioterapia.



Dr. Karla Lúcia de Almeida
Fisioterapeuta
C.R.C.F. 215.108

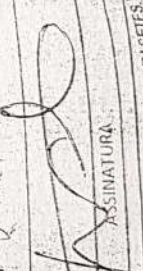
São Tomé, 22/09/17

NOME Anderson Brito Silva

Orientações:

- 1) Trocar curativo a cada 03 dias
- 2) Pedir encaminhamento na unidade de saúde, para o ambulatório de ortopedia para reexame

- 3) Diagnósticos:
 - Luxação exposta do S-p-
dedo 4º
 - Lesão ligamento cruzado no
dedo 4º

DATA 15/06/17 TORNOVEL ASSINATURA: 

SE FOR DIRIGIR NÃO BEBA,
FUMAR E PREJUDICAR A SAÚDE.

RESPEITE O PEDESTRE.
COMBATA O MOSQUITO DA DENGUE, EVITE ÁGUA PARADA

Missão: Orientar, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de emergência, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde e a luz dos valores humanitários.

São Tomé

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ
Secretaria Municipal de Saúde
HOSPITAL RITA LEONOR DE MEDEIROS
Praça Antônio Assunção N° 21 - Centro - CEP: 59.400-000 São Tomé/RN
Telefone: (84) 3258-2544 / CNPJ: 08.880.63/0001-92 / E-mail: smssantome@rn.gov.br
SERVIÇO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA



14

SINAIS VITAIS

Nome: CLAYTON
Nascimento: 15/11/1972 Idade: 42 Sexo: M () F ()
Profissão: professor RG: 123456789
CPF: 123.456.789-01 Cartão SUS: 12345678901234567890
Filiação: João da Silva
Endereço: Rua da Paz, 123

PA 120 X 80 mm
Temp 36,5 °C
FC 70 rpm
FR 18 rpm
PESO 75 kg

Data: 14/06/17

QUEIXA PRINCIPAL

HISTÓRIA CLÍNICA

CONDUTA MÉDICA

HORA

CHEGADA

Resultado de exames:

DESTINO DO PACIENTE

Diagnóstico definido: Infarto Agudo do Miocárdio
Liberado por decisão médica () a pedido () Hora: 14h
Encaminhado () Hospital de destino: Hospital de São Tomé
Óbito em 15/06/17 as 10h
Internado ()
Ambulância () Transporte Próprio ()
Entregue a família () SVO () IML ()

São Tomé-RN 14/06/17

Assinatura e carimbo médico



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

BOLETIM
OPERATÓRIO

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Anderson Erick Silva

Reg. Nº

Diagnóstico pré-operatório: frat. exposta da farnazela dir + luxação exposta do

Urgência (X) Eletiva ()

Indicação terapêutica:

INTERVENÇÃO

Data: 14/06/17 Início: 22:00 Término: 23:00 Duração: 60'

Operador: Valmar Martins

CRM/CRO: 2030

° Auxiliar:

CRM/CRO:

° Auxiliar:

CRM/CRO: 0413040172/344

Instrumentador:

Anestesista: MARIA HELENA

CRM/CRO:

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

- Lavagem exaustiva das lesões no pé direito com S.F. 0,9% + PUPI DESECCANTE
- Assepsia e anti-sepsia do pé/perna dir
- Campos cirúrgicos
- Desbridamento da ferida exposta da farnazela D
- Sutura por planos
- Redução da luxação exposta do 4º e 5º metacarpo dir
- Sutura por planos + curativo
- Tala gessada tipo pote.

[Signature]
Mário Roberto de Almeida
Cirurgião - Traumatologia
CRM 2030

18 09 2017
15488

Coleta de material anatomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?



GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

FICHA DE
ACOMPANHAMENTO
SOCIAL

Identificação

Enfermaria: _____ Leito: _____ UTI: _____ Leito: _____
Data de admissão: 14/06/2017 Alta: 1/1/1
Nome: Anderson Gurgel da Silva Naturalidade: São Tomé - RN
Idade: 23 Sexo: ☒ Masculino ☐ Feminino Data de Nascimento: 14/10/1993
RG: 2.889.439 Estado Civil: Solteiro Nível de Instrução: _____
Filiação: Pai: Ygor Clementino da Silva Junior
Mãe: Juliana Cardozo de Moura Silva
Endereço: R. Domício Pereira, N° 02 Cidade: São Tomé - RN
Telefone: (84) 99497-1845 (Ygor Clementino) ☐ Residencial ☐ Trabalho ☐ Recado
Contato: _____ Outros telefones: (84) 99404-4057 (Juliana)
Composição familiar: 02 (ele, companheira)
Outras informações: Faz uso de ☐ Alcool ☐ Fumo ☐ Drogas ☐ Psicotrópicos

Situação Ocupacional e Vinculação Previdenciária

Atividade desenvolvida: gauron Trabalho c/ vínculo empregatício ☒ Não ☐ Sim
☐ Aposentado ☐ Auxílio doença ☐ BPC ☐ Autônomo ☐ Pensionista ☐ Desempregado
Programas e Serviços: ☐ Passe Livre ☐ Bolsa Família ☐ PETI ☐ PSF ☐ CAPs ☐ SAD
Internação decorrente de acidente de trabalho? ☐ Não ☐ Sim Nome da Empresa _____

Forma de Acesso ao Serviço

☐ Sozinho - procurou atendimento ☐ Trazido por familiares ☐ Trazido pelo SAMU
☐ Socorrido em via pública ☐ Outros meios
☒ Encaminhado: Hospital de origem: São Tomé - RN

Crítérios para Acompanhante

Possui requisitos? ☐ Não ☐ Sim Qual o motivo? _____
Tipo de deficiência: ☐ Auditiva ☐ Visual ☐ Física ☐ Mental
Responsável pelo paciente: Ygor Clementino da Silva Junior Telefone: (84) 99497-1845
Parentesco: pai
Endereço do Responsável: e mesmo endereço.

Evolução

(Adaptação do paciente ao ambiente hospitalar, condições emocionais, participação da família na internação, visitas recebidas, encaminhamentos, etc.)

14/06/17 - Paciente vítima de colisão moto x moto,
com fratura torácica, visto pela ORT. Ferimento em
coxa hospitalar, solicitada xerox dos documentos.

Saída

óbito: Encaminhamento: ITP (☐) SVO (☐) DO (☐) Obs. _____

Alta hospitalar (☐) Transferência (☐) Destino: _____

Orientações/Encaminhamentos: _____

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.

Anderson Erick da Silva

715

17

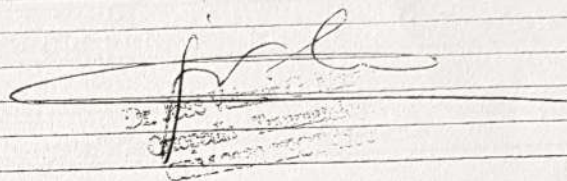
DATA

EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR

14/06/17

23:00H.

Paciente submetido a limpeza cirúrgica de fratura exposta e retirada das luxações do 4º e 5º metacarpais (D) sem intercorrências. Sairá com o SO encaminhado ao CRO.





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria de Estado da Saúde Pública

Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel

Pronto Socorro Clóvis Sarinho

RELATORIO DE
HISTORIA CLÍNICA
E EXAME FÍSICO18
c

Nome

Anderson Erick da Silva

Leito:

715

Idade:

23 a

Nº Registro:

1160666

HISTORIA CLÍNICA E EXAME FÍSICO ADMISSIONAIS

Data:

14/06/17

Hora:

23:00h

Paciente vítima de acidente de moto há ± 12 horas (sic), resultando em perfura exposta da maleola medial e luxação do 4º e 5º metacarpo distal direito.

Internado para limpeza cirúrgica

18/09/2017
15h48
X



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sannho

LAUDO PARA
SOLICITAÇÃO DE AIH

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO / AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	2 - CNES
ESTABELECIMENTO DO EXECUTANTE	4 - CNES

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME DO PACIENTE <i>Anderson Erick da Silva</i>	5 - Nº DO PROTOCOLO					
ARTÃO NACIONAL / SUS	8 - DATA DE NASCIMENTO	9 - SEXO	MASCULINO	1	FEMININO	2
NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL	11 - TELEFONE DE CONTATO					

ENDEREÇO (RUA, Nº)

MUNICÍPIO	14 - BAIRRO	15 - UF	16 - CEP
-----------	-------------	---------	----------

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS
Acumulo apresentando

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO
fractura exposta

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS)
RX

DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fratura</i>	21 - CID INICIAL <i>S92</i>	22 - CID SECUNDÁRIO	23 - LAUDOS ASSOCIADOS
PROCEDIMENTO SOLICITADO		27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO	28 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
25 - FLEITO CLÍNICA <i>Fratura exposta</i>	26 - FLEITO CLÍNICA <i>Fratura exposta</i>	29 - DT SOLICITAÇÃO <i>14.06.18</i>	30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <i>Dr. Kleison Bastos</i>
31 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <i>041501001R</i>	32 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE <i>Ortopedista</i>	33 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO) <i>CRM - 4421 / TEOT - 14685</i>	34 - Nº DO BILHETE

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

2 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	33 - CNPJ DA SEGURADORA	34 - Nº DO BILHETE	35 - BÔNUS
16 - () ACID. TRABALHO TÍPICO	37 - CNPJ	38 -	40 -
19 - () ACID. TRABALHO TRAJETO		43 - ()	44 - () GRAVE
41 - CID PRINCIPAL		45 - () GRAVÍSSIMA	
42 - CID SECUNDÁRIO			

AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROF. AUTORIZADO	50 - NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO	54 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)
DT AUTORIZ.	51 - DT AUTORIZ.	
CNS / CPF	52	
ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)	53 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)	



CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 24810 - ANDERSON ERICK DA SILVA (23 a 8 m)
ascimento: 14/10/1993 Natural: SAO TOME, BRASIL

Sexo: M Cor: SEM
INFORMACAO

NS: 705005882298054 CPF: 01800053401 Prof:
Mãe: ANTONIA CARDOSO DE MOURA SILVA Pai: JOSE CLEMENTINO DA SILVA JUNIOR
Obradoiro: TONHECA PEREIRA, 1 Cidade: SAO TOME
EP: 59400000 Bairro: SAO TOME
telefone: Compl:

Motivo: MOTO X MOTO - COLISAO
Origem: AMBUL. INTERIOR

Tipo: REFERENCIADO
*Empresa:

Fluxograma:

Discriminador:

Obs:

Classificação: 14/06/2017 13:59:43

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FiO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: SANGRAMENTO CONTINUO EM PE d POS ACIDENTE DE MOTO

Hora: _____

Vítima de queda de moto, c/
sangramento ativo em tornozelo D.

CONF. 18.09.2017
154828

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A
B
C
D
E

As curvas para
Respiração espontânea
Sangramento ativo em tornozelo D.
Tornozelo D.
Glasgow 11

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

14.06.17 14:22H

*Saída:

DIAGNÓSTICO INICIAL - CID

Assinatura [assinatura]

EXAME FÍSICO

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

Fratura luxatória de

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****

Rx. P.E. D

LABORATÓRIO

SEP 17/17

OUTROS

CONDUÇÃO PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

Torç. Br. de
Kellin 1g, IV, oxigeno
Ao CC.

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

Kleidson Bastos
Ortopedista
CRM - 4471 / FORT - 10500

Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: / / HORA:

SAÍDA:

DATA: / / HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA: / /

HORA:

Entregue à família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

I.T.E.P. ☐

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: / / HORA:

SAÍDA:

DATA: / / HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA: / /

HORA:

Entregue à família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

I.T.E.P. ☐

DESTACAR



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
DIRETORIA DE POLÍCIA CIVIL DO INTERIOR - DPCIN
DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO TOMÉ - DPST

Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria da Segurança e Defesa Social
Delegacia Geral de Polícia Civil - DEGEPO
Diretoria de Polícia do Interior - DPCIN
Delegacia Municipal de São Tomé

22

BOLETIM DE Ocorrência Nº 460/2017 - DPST

Natureza da Ocorrência: **ACIDENTE DE TRÂNSITO COM FIM DE PLEITEAR O SEGURO OBRIGATÓRIO**

Local do acidente: Na RN-203, altura do sítio Pedra do Navio, zona rural de São Tomé/RN.

Data do Fato: No dia 14 de junho de 2017.

Hora do fato: Por volta das 11:50hs.

DADOS DO COMUNICANTE

Nome do Comunicante: ANDERSON ERICK DA SILVA

Filiação: JOSÉ CLEMENTINO DA SILVA JÚNIOR E ANTÔNIA CARDOSO DE MOURA SILVA

Carteira de Identidade(RG) nº: 002.889.439-ITEP/RN CPF/MF nº: 018.000.534-01

Nascimento: 14/10/1993

Nacionalidade: BRASILEIRO

Profissão: GARÇON

Naturalidade: SÃO TOMÉ/RN

Endereço: RUA TONHECA PEREIRA, 02, CENTRO, SÃO TOMÉ/RN

CNH: NÃO

Telefone: (84) 9.9137-1175.

DADOS DA VÍTIMA

Nome da Vítima: O COMUNICANTE

HOSPITAL DE ATENDIMENTO

Unidade Médica de Atendimento: Hospital Rita Leonor de Medeiros - São Tomé/RN

Boletim de Atendimento de Urgência BAU

Nome do Médico: Dra. Stephanie de Medeiros Dantas CRM/RN: 8255

Unidade Médica de Atendimento: Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel - Natal/RN

Boletim de Atendimento de Urgência nº 27181/2017

Nome do Médico: Dr. Kleidson Bastos CRM: 4421

PESSOAS ENVOLVIDAS

Nome(s): Apenas a vítima.

NARRATIVA CIRCUNSTANCIADA DO FATO

Informa o Comunicante/vítima acima qualificado que na manhã de quarta-feira(14.06.2017), era por volta das 11h50min, momento em que pilotava sua motocicleta **HONDA/CG 150 START, PLACA QGA-8636/RN, COR PRETA, ANO FAB/MOD 2015/2015, RENAVAL N° 01061850444, CHASSI N° 9C2KC1670FR208959, EM NOME DE JOSÉ CLEODON DE OLIVEIRA**, que ao chegar no Sítio Pedra do Navio, zona rural de São Tomé/RN, tentando desviar de alguns buracos existente naquela pista, logo perdeu o controle da citada motocicleta e caiu a metros da mesma, que foi socorrido e levado para o Hospital Rita Leonor de Medeiros nesta cidade de São Tomé/RN, em seguida foi transferido para Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel em Natal/RN, devido a gravidade dos ferimentos. Nada mais disse.

São Tomé/RN, 19 de setembro de 2017.

Anderson Erick da Silva
Assinatura do Comunicante/vítima

Manoel Pereira Cruz
Assinatura e Matrícula do Policial
APC-Manoel PEREIRA Cruz - Mat. 165.197-8
Manoel Pereira Cruz
Agente de Polícia Civil
Matrícula: nº 165.197-8

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, José Cláudio de Oliveira,

RG nº 002.889.645, data de expedição 06/02/2017,
Órgão SSP/RN, portador do CPF nº 091.561.209-60, com
domicílio na cidade de São Paulo do Potengi, no Estado de
Rio Grande do Norte, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Otávio de Almeida, Centro, nº 171,

complemento Casa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
vítima Anderson Erick da Silva, cujo o condutor era
Anderson Erick da Silva.

Veículo: Motocicleta
Modelo: Honda CG 150 START
Ano: 2015
Placa: QSA 8636
Chassi: 9C2KC1E70FR208953
Data do Acidente: 14.06.2017
Local e Data: São Paulo do Potengi-RN, 18 de outubro de 2017.

José Cláudio de Oliveira
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



Reconheço a(s) firmas por autenti-
cidade de José Cláudio de
Oliveira
São Tome RN
28 SET 2017
Escritório de Registro de Imóveis

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TECNICO CIENTIFICO DE PERICIA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO



POLEGAR DIREITO



Assinatura de Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 002.889.645

DATA DE EXPIRACAO 06/02/2017

PRENOME JOSE CLEODON DE OLIVEIRA

IDENTIFICACAO

MANOEL AUGUSTINHO DE OLIVEIRA

NEUMA SANTINO LOPES

NACIONALIDADE

SAD TOME RN

DOC. ORIENT. DE NASCIMENTO L-823 F-249 RG-9802

SAD TOME RN-2 CARTORIO

CNPJ 091.561.204-60

DATA DE EXPIRACAO 20/11/1989

Assinatura Manoel Augustinho de Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.112/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN 10483 // 00930 Nº 013250848564
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 Cód. RENAVAM 01061850444 R.N.T.R.C. ***** EXERCÍCIO 2017

NOME

JOSE CLEODON DE OLIVEIRA

CPF / CNPJ

091.561.204-60

PLACA

QGA8636

PLACA ANT / UF

QGA8636/RN

CHASSI

9C2KC1670F208959

ESPÉCIE TIPO

PASSEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE

COMBUSTÍVEL

ALCOOL-GASOL

MARCA / MODELO

HONDA/CG150 START

ANO FAB.

2015

ANO MOD.

2015

CAP / POT / CIL

OCV/149 CILINDRADAS

CATEGORIA

PARTICULAR

COR PREDOMINANTE

PRETA

COTA ÚNICA

RS 0.00

VENC. COTA ÚNICA

07/04/2017

VENC. / COTAS

1º PAGO

FAIXA I.P.V.A.

A 002886 3X

PARCELAMENTO / COTAS

RS *****

2º PAGO

3º PAGO

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

*** TAXAS DETRAN: PAGO ***

DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES

ALIEN. FID. EM FAVOR DE: 03.634.220/0001-65

BANCO HONDA S/A

MOTOR: KC16E7F208959

SÃO TOMÉ/RN

DATA

07/04/2017

Sidney de Oliveira
Coordenador de Registro de Veículos
DETRAN - RN
EXPEDIDOR

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

RN Nº 013250848564 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO

2017

DATA EMISSÃO

07/04/2017

VIA

1

CPF / CNPJ

091.561.204-60

PLACA

QGA8636

RENAVAM

01061850444

MARCA / MODELO

HONDA/CG150 START

ANO FAB.

2015

CAT. TARE

9

Nº CHASSI

9C2KC1670F208959

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$)

DENATRAN (R\$)

CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$)

IOF (R\$)

TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.248.608/0001-04

08000-840195
32514971

CONTA DE CONSUMO DE AGUA/ESGOTO E SERVICIOS

IMPRESSO EM 30/08-2017 ÀS 16:14:05

993 00-5377 5973672 09/2017

PROVINCIAL SECRETARY, CHANDIGARH

Rev. STAVELAND, JR., N. 121

LIVRO Nº 15.000 DO-POIENGI RN

000-0000

[illegible]

CONSUMO AGUA (litros)

DATA E LETURA: 30/08/2017

DATA COLLECTION	18
LEFT ALIAS	23

LEFT	ANK	22
------	-----	----

DIAS CONSUMO: 72

HISTORICO DE CONSUMO

REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	REF	CONSUMO	MEDIA
06/2017	1	06/2017	0	04/2017	0	0
01/2017	0	01/2017	1	03/2017	1	

DESCRIÇÃO

AGUA

LOJA, SUPERMERCADO : UNIDADE(S)

CONSUMO DE AGUA

415

58.96

MULTA P/IMPONTUALIDADE 0772017

JUROS DE MORA 05/2017

ATA: 12ACAO MONETARIA 05/2017

FATURAS EM ATRASO

REF 201706 60.16

K12	201706	60	70
K12	201707	60	72

INDICADOR	BASE DO CÁLCULO	PERCENTUAL (%)	VALOR DO IMPOSTO
PIB	55,77	1,65	0,97
COFINS	55,90	2,6	4,48
VALOR TOTAL	30/09/2017		61,56

82600000000 8 61560006263 7 00597367201 6 09201730003 6



5973672

09/2017

30/09/2017

TALA-AĞAR

61,56



Proc. Nº 0100888-72.2017.8.20.0155

Ação: Procedimento Ordinário

Requerente : Anderson Erick da Silva

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

CERTIDÃO DE AUTUAÇÃO

CERTIFICO que AUTUEI os presentes autos no SAJ/PG
Sob o nº 0100888-72.2017.8.20.0155.

São Tomé/RN, 15 de dezembro de 2017

José Ponciano de Oliveira
Servidor(a) da Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data, faço os presentes autos CONCLUSOS ao(à) Dr(a).
Daniel José Mesquita Monteiro Dias, MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca.

São Tomé/RN, 15 de dezembro de 2017

José Ponciano de Oliveira
Servidor(a) da Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de São Tomé

58
f

Processo nº: 0100888-72.2017.8.20.0155
Ação: Procedimento Ordinário
Requerente: Anderson Erick da Silva
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

DESPACHO

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Determino que seja intimada a parte autora para acostar documentos no prazo de dez dias que comprovem o requerimento administrativo do seguro sob pena de extinção do feito, considerando ser documento essencial a propositura da demanda.

São Tomé/RN, 18 de dezembro de 2017.

Daniel José Mesquita Monteiro Dias
Juiz de Direito

Para conferir o original, acesse o site: <http://www.tjrn.jus.br>, informe o processo 0100888-72.2017.8.20.0155 e o
DANIEL JOSE MESQUITA MONTEIRO DIAS.

93
x

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0042/2018, foi disponibilizado na página 1011/1012 do Diário da Justiça nº 2594, do dia 23/08/2018, sendo considerada como data da publicação o dia 24/08/2018, com início do prazo em 31/08/2018, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

27/08/2018 à 30/08/2018 - Port. 926/2018 - Correição - Suspensão
01/09/2018 à 02/09/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
01/09/2018 à 02/09/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
07/09/2018 à 07/09/2018 - Port. Conjunta nº 67/2017-TJ - Independência do Brasil - Suspensão
08/09/2018 à 09/09/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
08/09/2018 à 09/09/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
THIAGO JOFRE DANTAS DE FARIA (OAB 8345/RN)	10	14/09/2018

Teor do ato: "Processo nº: 0100888-72.2017.8.20.0155 Ação: Procedimento Ordinário Requerente: Anderson Erick da Silva Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A DESPACHO Defiro o pedido de justiça gratuita. Determino que seja intimada a parte autora para acostar documentos no prazo de dez dias que comprovem o requerimento administrativo do seguro sob pena de extinção do feito, considerando ser documento essencial a propositura da demanda. São Tomé/RN, 18 de dezembro de 2017. Daniel José Mesquita Monteiro Dias Juiz de Direito"

Do que dou fé.
São Tomé, 28 de agosto de 2018.



Diretor(a) de Secretaria

DESPACHOCorreição de 13 a 16 e 27 a 30 de agosto de 2018
Comarca de São Tomé/RN

Vistos em correição...

(X) Em ordem. Aguarde-se o decurso do prazo em secretaria.

- () Em ordem. Aguarde-se a devolução do(s) mandado(s).
 () Em ordem. Aguarde-se a devolução/cumprimento de carta(s) precatória(s).
 () Em ordem. Aguarde-se a audiência já aprazada.
 () Em ordem. Aguarde-se o trânsito em julgado da sentença retro.
 () Em ordem. Aguarde-se o cumprimento da pena/Suspensão Condicional do Processo/Prestação de Serviço à Comunidade.
 () Em ordem. Processo suspenso. Aguarde-se o cumprimento do mandado de prisão.
 () Aguarde-se a resposta do(s) ofício(s).
 () Em ordem. Aguarde-se a publicação.
 () Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.
 () Ao Chefe de Secretaria para certificar o () decurso do prazo; () Trânsito em julgado; () Trânsito em julgado e arquivar
 () Apraze-se audiência de () Preliminar; () Conciliação; () Instrução e Julgamento; () Justificação; () Oitiva de Depoimentos; () Preliminar () Outros _____.
 () Expeça-se o alvará pertinente.
 () À conclusão.
 () Cite-se a parte ré para contestar no prazo e na forma da Lei.
 () Cite-se o executado para, em 03 (três) dias, pagar, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo. Após, à conclusão.
 () Cumpra-se o(a) () despacho; () decisão interlocutória; () sentença de fls. _____.
 () Cumpra-se as diligências requeridas pelo Ministério Público.
 () Cumpra-se o venerável acórdão de fls. ____; () Cumpra-se a audiência anteriormente aprazada.
 () Defiro conforme o requerido às fls. _____. () Defiro o benefício da Justiça Gratuita.
 () Intime-se a parte autora, por seu advogado, para dar andamento ao feito no prazo de 5 dias.
 () Intime-se a parte autora para, em 15 dias, manifestar-se sobre a resposta do réu.
 () Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias, dizer se tem interesse no prosseguimento feito, sob pena de arquivamento.
 () Intime-se a parte autora, por seu advogado, para falar sobre a certidão de fls. ____ em 5 dias.
 () Intime-se a parte autora, por seu advogado, para informar endereço atualizado () da parte requerida; () do empregador da parte requerida, no prazo de 5 dias.
 () Intime-se o advogado da parte autora/ré para devolver os autos no prazo de 3 (três) dias.
 () Oficie-se solicitando o cumprimento da(s) carta(s) precatória(s).
 () Oficie-se ao Diretor da CCM para, em 72 hs, devolver o mandado devidamente cumprido; () Solicite-se ao(à) oficial(a) de justiça a devolução do mandado devidamente cumprido.
 () Oficie-se requerendo informações sobre o cumprimento/devolução do(a) _____.
 () Processo arquivado sem irregularidades; () Processo em ordem aguardando decurso de prazo.
 () Processo em ordem () apenso ao proc. nº _____); () aguardando cumprimento.
 () Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.
 () Remetam-se os autos à Delegacia de origem, solicitando a conclusão do respectivo inquérito, que deverá ser encaminhado a este Juízo no prazo de 30 (trinta) dias.
 () Reitere-se o Ofício de fls. ____; () Renove-se a diligência de fls. ____ por mandado.
 () Vistas à parte () autora; () ré pelo prazo de ____ dias.
 () Vistas à Defensoria Pública. () Vistas ao representante do MP.
 () Voltem-me os autos conclusos para () despacho; () decisão; () julgamento.
 () Verifica-se que os autos retornaram em virtude da realização desta correição. Sendo assim, uma vez vistoriados, devolva-se a autoridade a que estava protocolado antes dos trabalhos correicionais.
 () Atualize-se a localização física do presente procedimento no SAJ.
 () Atualiza-se a movimentação do presente procedimento no SAJ.
 () Agende-se a data para perícia médica
 () Cadastre-se o débito via COJUD, após arquite-se.
 () Outros _____

São Tomé, 30 de agosto de 2018.

(assinatura digital em conformidade com a Lei 11.419/06)

Maria Nadja Bezerra Cavalcanti
Juiza de Direito em Substituição Legal

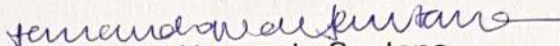


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO TOMÉ

TERMO DE CERTIDÃO DE DECURSO DO PRAZO
Processo nº0100888-72.2017.8.20.0155

CERTIFICO que o término do prazo ocorreu em data de 14/09/2018, sem manifestação da parte autora, acerca da intimação retro.

São Tomé/RN, 21 de novembro de 2018.


Fernando Nunes de Santana
Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

NESTA DATA, faço os presentes autos concluso ao(à) Dr(a). Marcus Vinícius Pereira Júnior, MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca.

São Tomé/RN, 26 de 11 de 2018.


Servidor da Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de São Tomé

Ação: Procedimento Ordinário
Processo nº: 0100888-72.2017.8.20.0155
Requerente: Anderson Erick da Silva
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

SENTENÇA

ANDERSON ERICK DA SILVA, já qualificado nos autos, via advogado legalmente constituído, ingressou com **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, também qualificada, alegando, em síntese, que: a) sofreu um acidente de trânsito; b) as lesões decorrentes do evento danoso geraram a sua invalidez permanente; c) que, portanto, faz jus à verba indenizatória no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Anexou documentos à inicial.

Em despacho proferido à fl. 28, determinou-se a intimação da parte autora para comprovar a realização de prévio requerimento administrativo, conforme requerido pela melhor jurisprudência.

É o relatório. Passo a decidir.

O autor não juntou com a inicial qualquer elemento de prova de que tenha feito o prévio requerimento administrativo.

No RE 631.240, julgado em 03/09/2014, o STF fixou entendimento de que, a instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença do interesse de agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. Nessa esteira, para se ingressar com ações de cobrança do Seguro DPVAT, deve-se anteriormente efetuar prévio requerimento administrativo, sob pena de carência de ação.

A decisão que julga o autor carecedor de ação não ofende o princípio de vedação à decisão surpresa (art. 10, CPC), tendo em vista que o autor teve oportunidade de se manifestar e produzir prova, todavia, não o fez.

Caberia ao autor o ônus de provar que efetuou o requerimento prévio, já que exigir da parte requerida a prova de que o autor não fez o requerimento administrativo seria exigir a demonstração de "fato negativo", o que a doutrina denomina de "prova diabólica".

33
+

Assim, por não ter demonstrado que efetuou o prévio requerimento administrativo, o autor é carecedor do direito de ação, por ausência de interesse de agir, conforme precedente obrigatório do Supremo Tribunal Federal.

É nesse sentido, inclusive, os recentes julgados proferidos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO A DEMANDA. APELAÇÃO CÍVEL. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DECORRENTE DA FALTA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DEMANDA AJUIZADA APÓS O DIA 03.09.2014. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O requerimento administrativo prévio é requisito essencial para o ingresso da demanda judicial ajuizada após 03.09.2014. Na espécie, a demanda foi ajuizada em data posterior, havendo a necessidade de requerimento administrativo prévio. 2. Jurisprudência do STF (RE 839314, julgado em 10/10/2014, publicado em DJe-202, divulgado em 15/10/2014, publicado em 16/10/2014; RE 938348, julgado em 17/02/2016, publicado em DJe-034, divulgado em 23/02/2016, publicado em 24/02/2016; RE 938340, julgado em 16/02/2016, publicado em DJe-031, divulgado em 18/02/2016, publicado em 19/02/2016, todos da relatoria do Ministro Luiz Fux; e RE 826890, julgado em 19/09/2014, publicado em DJe-193, divulgado em 02/10/2014, publicado em 03/10/2014, Relatora: Ministra Cármen Lúcia) e do TJRN (Agravado Interno em Apelação Cível nº 2015.017012-1/0001.00, Rel. Desembargador Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 15/03/2016; AC nº 2016.000768-7, Rel. Desembargador Amaury Moura Sobrinho, 3ª Câmara Cível, j. 19/04/2016; AC nº 2016.002039-3, Rel. Desembargador João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 19/04/2016) 3. Apelo conhecido e DESPROVIDO. (Apelação cível nº 2017.019334-5. 2ª Câmara Cível. Rel. Des. Virgílio Macêdo Jr.. Julgamento: 15/05/2018).

Quanto às regras de transição fixadas no julgamento do RE 631.240/MG, cumpre destacar que, considerar-se-á caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão apenas nos casos em que, antes de 03.09.2014, a parte demandada tenha apresentado contestação de mérito, o que não coaduna com a hipótese dos autos, vez que a demanda foi proposta em 15.12.2017.

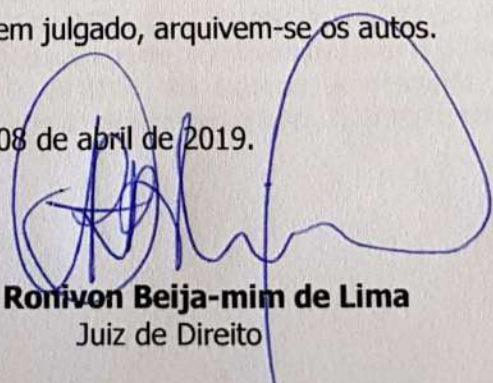
Ante o exposto, com fulcro nas razões anteriormente expendidas, **EXTINGO** o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC.

Condeno a autora ao pagamento das custas e honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa, os quais terão exigibilidade suspensa por força da gratuidade deferida, nos termos do art. 98, §3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos.

São Tomé, 08 de abril de 2019.


José Romivon Beija-mim de Lima
Juiz de Direito



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fê que o ato, constante da relação nº 0028/2019, foi disponibilizado na página 751/754 do Diário da Justiça nº 2751, do dia 24/04/2019, sendo considerada como data da publicação o dia 25/04/2019, com início do prazo em 26/04/2019, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

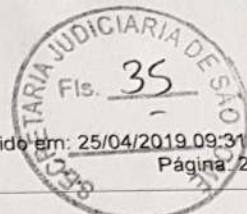
Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.

27/04/2019 à 28/04/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
27/04/2019 à 28/04/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
01/05/2019 à 01/05/2019 - Port. Conjunta nº 02/2019-TJ - 1º de Maio - Suspensão
04/05/2019 à 05/05/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
04/05/2019 à 05/05/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
06/05/2019 à 10/05/2019 - Port. 24/2019 - Suspensão dos Prazos - Suspensão
06/05/2019 à 10/05/2019 - Port. 24/2019 - Suspensão dos Prazos - Suspensão
06/05/2019 à 10/05/2019 - Port. 24/2019 - Suspensão dos Prazos - Suspensão
06/05/2019 à 10/05/2019 - Port. 24/2019 - Suspensão dos Prazos - Suspensão
06/05/2019 à 10/05/2019 - Port. 24/2019 - Suspensão dos Prazos - Suspensão
11/05/2019 à 12/05/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
11/05/2019 à 12/05/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
18/05/2019 à 19/05/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão
18/05/2019 à 19/05/2019 - Novo CPC - Suspensão - Suspensão

Advogado
THIAGO JOFRE DANTAS DE FARIA (OAB 8345/RN)

Prazo em dias Término do prazo
15 24/05/2019

Teor do ato: "SENTENÇA ANDERSON ERICK DA SILVA, já qualificado nos autos, via advogado legalmente constituído, ingressou com AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, também qualificada, alegando, em síntese, que: a) sofreu um acidente de trânsito; b) as lesões decorrentes do evento danoso geraram a sua invalidez permanente; c) que, portanto, faz jus à verba indenizatória no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Anexou documentos à inicial. Em despacho proferido à fl. 28, determinou-se a intimação da parte autora para comprovar a realização de prévio requerimento administrativo, conforme requerido pela melhor jurisprudência. É o relatório. Passo a decidir. O autor não juntou com a inicial qualquer elemento de prova de que tenha feito o prévio requerimento administrativo. No RE 631.240, julgado em 03/09/2014, o STF fixou entendimento de que, a instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença do interesse de agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. Nessa esteira, para se ingressar com ações de cobrança do Seguro DPVAT, deve-se anteriormente efetuar prévio requerimento administrativo, sob pena de carência de ação. A decisão que julga o autor carecedor de ação não ofende o princípio de vedação à decisão surpresa (art. 10, CPC), tendo em vista que o autor teve oportunidade de se manifestar e produzir prova, todavia, não o fez. Caberia ao autor o ônus de provar que efetuou o requerimento prévio, já que exigir da parte requerida a prova de que o autor não fez o requerimento administrativo seria exigir a demonstração de "fato negativo", o que a doutrina denomina de produção de "prova diabólica". Assim, por não ter demonstrado que efetuou o prévio requerimento administrativo, o autor é carecedor do direito de ação, por ausência de interesse de agir, conforme precedente obrigatório do Supremo Tribunal Federal. É nesse sentido, inclusive, os recentes julgados proferidos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO A DEMANDA. APELAÇÃO CÍVEL. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DECORRENTE DA FALTA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DEMANDA AJUIZADA APÓS O DIA 03.09.2014. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. O requerimento administrativo prévio é requisito essencial para o ingresso da demanda judicial ajuizada após 03.09.2014. Na espécie, a demanda foi ajuizada em data posterior, havendo a necessidade de requerimento administrativo prévio. 2. Jurisprudência do STF (RE 839314, julgado



em 10/10/2014, publicado em DJe-202, divulgado em 15/10/2014, publicado em 16/10/2014; RE 938348, julgado em 17/02/2016, publicado em DJe-034, divulgado em 23/02/2016, publicado em 24/02/2016; RE 938340, julgado em 16/02/2016, publicado em DJe-031, divulgado em 18/02/2016, publicado em 19/02/2016, todos da relatoria do Ministro Luiz Fux; e RE 826890, julgado em 19/09/2014, publicado em DJe-193, divulgado em 02/10/2014, publicado em 03/10/2014, Relatora: Ministra Cármen Lúcia e do TJRN (Agravado Interno em Apelação Cível nº 2015.017012-1/0001.00, Rel. Desembargador Ibanez Monteiro, 2ª Câmara Cível, j. 15/03/2016; AC nº 2016.000768-7, Rel. Desembargador Amaury Moura Sobrinho, 3ª Câmara Cível, j. 19/04/2016; AC nº 2016.002039-3, Rel. Desembargador João Rebouças, 3ª Câmara Cível, j. 19/04/2016) 3. Apelo conhecido e DESprovido. (Apelação cível nº 2017.019334-5. 2ª Câmara Cível. Rel. Des. Virgílio Macêdo Jr.. Julgamento: 15/05/2018). Quanto às regras de transição fixadas no julgamento do RE 631.240/MG, Jr., cumpre destacar que, considerar-se-á caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão apenas nos casos em que, antes de 03.09.2014, a parte demandada tenha apresentado contestação de mérito, o que não coaduna com a hipótese dos autos, vez que a demanda foi proposta em 15.12.2017. Ante o exposto, com fulcro nas razões anteriormente expendidas, EXTINGO o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Condene a autora ao pagamento das custas e honorários em 10% (dez por cento) do valor da causa, os quais terão exigibilidade suspensa por força da gratuidade deferida, nos termos do art. 98, §3º, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. São Tomé, 08 de abril de 2019. José Ronivon Beija-mim de Lima Juiz de Direito"

Do que dou fé.
São Tomé, 25 de abril de 2019.

Chefe de Secretaria



Recebido
05.06.19
m

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO TOME/RN



09.6.2019 14:59
155 PSTM-19.0020106-4 310519 1459

Processo: 01008887220178200155

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANDERSON ERICK DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do substabelecimento para fim de habilitação processual.

Por fim, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, inscrito sob o nº **OAB/RN 980-A** e **ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR** inscrito sob o nº 5432 - OAB/RN sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

SAO TOME, 29/05/2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
OAB/RN 5432



Recebido
05.06.19
m

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO TOME/RN



155 PSTM-19.00200106-4 310519 1659 60

Processo: 01008887220178200155

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ANDERSON ERICK DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do substabelecimento para fim de habilitação processual.

Por fim, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **Dr. JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, inscrito sob o nº **OAB/RN 980-A** e **ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR** inscrito sob o nº 5432 - OAB/RN sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

SAO TOME, 29/05/2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR
OAB/RN 5432



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/RN 980-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa dos advogados **Antônio Martins Teixeira Junior**, inscrito na OAB/RN sob o nº 5432, **Thiago Miranda Gonçalves de Oliveira**, inscrito na OAB/RN 9.379, **Daniel Ramon da Silva**, OAB/RN 14.156, inscrita na OAB/RN sob o nº 8.707 e **Fernanda Chirstina Flôr Linhares**, inscrita na OAB/RN sob o nº 12.101, todos com escritório na Rua Miguel Arcanjo Galvao, N. 1952 - Ed Plenarium 9º andar, sala 906, Lagoa Nova, Natal - RN - CEP: 59.064-560, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ANDERSON ERICK DA SILVA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **SAO TOME**, nos autos do Processo nº 01008887220178200155.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2019.

JOÃO ALVES BARBSA FILHO - OAB/RN 980-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819



Instruções de Impressão

Configure Todas as Margens para 7 mm. Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
Utilize folha A4 (210 x 297 mm) - Corte na linha indicada

		TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E ARRECAÇÃO		Guia de Recolhimento do FDJ Lei nº 9.619/2012 Nº 7000003508482	
Processo Nº (Uso Exclusivo da Secretaria)		Valor do FDJ		17,55	
Partes		LIDER X ANDERSON ERICK DA SILVA - COMARCA DE SAO TOME			
Serviço		1402801 SEDEX COM AR - ATÉ 300 (gr)		1 17,55	
Secretaria		(594) PROTOCOLO INTEGRADO JUDICIAL/NATAL			
Valor da Causa/Documento		0,00			
Via do processo/documento - Anexar o Comprovante					

Corte na linha pontilhada

		TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E ARRECAÇÃO		Guia de Recolhimento do FDJ Lei nº 9.619/2012 Nº 7000003508482	
Processo Nº (Uso Exclusivo da Secretaria)		Valor do FDJ		17,55	
Partes		LIDER X ANDERSON ERICK DA SILVA - COMARCA DE SAO TOME			
Serviço		1402801 SEDEX COM AR - ATÉ 300 (gr)		1 17,55	
Secretaria		(594) PROTOCOLO INTEGRADO JUDICIAL/NATAL			
Valor da Causa/Documento		0,00			
Via da parte					

Corte na linha pontilhada

		TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE F.D.J. Fundo de Desenvolvimento da Justiça			
Local de pagamento PAGÁVEL NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL, NOSSA AGÊNCIA E CORREIOS TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE F. D. J. Fundo de Desenvolvimento da Justiça				Vencimento 30/06/2019	
Data do documento 31/05/2019				Convênio 760686	
Número da Guia 7000003508482		Data processamento 31/05/2019		Número da Guia 7000003508482	
Uso da Agência Receptora				(=) Valor documento 17,55	
Instruções Pagamento em cheque, anotar no verso o "Número do convênio" e o "Número da Guia". Não efetuar depósito e transferência. Não receber após o vencimento.				(-) Desconto / Abatimentos	
				(-) Outras deduções	
				(+) Mora / Multa	
				(+) Outros acréscimos	
				(=) Valor cobrado	
Partes LIDER X ANDERSON ERICK DA SILVA - COMARCA DE SAO TOME				Cód. baixa	
Autenticação mecânica - Guia Não Compensável					

86760000000-6 17550854645-4 92019063070-6 00003508482-1



Corte na linha pontilhada



Boletos, Convênios e outros

G332311548094061031
31/05/2019 15:59:32



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
31/05/2019 - AUTO-ATENDIMENTO - 15.59.31
1533401533

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: MARTINS ADVOGADOS
AGENCIA: 1533-4 CONTA: 44.351-4
EFETUADO POR: ANTONIO TEIXEIRA JR
=====

Convenio	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RN	
Codigo de Barras	86760000000-6	17550854645-4
	92019063070-6	00003508482-1
Data do pagamento		31/05/2019
Valor em Dinheiro		17,55
Valor em Cheque		0,00
Valor Total		17,55

=====

DOCUMENTO: 053109
AUTENTICACAO SISBB:
D.B49.244.576.976.CFF

Transação efetuada com sucesso por: JA193254 ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR.